# Ventos do Sul Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 222 –
2º andar - Boa Vista -
90480-000 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: + 55 (51) 3327-8800
Fax: + 55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos do Sul Energia S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos do Sul Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

*Reconhecimento de receita*

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.10 e nº 17 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente da geração de energia elétrica, sendo reconhecida quando esta é fornecida para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desse fornecimento. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e contas a receber e da dependência dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento da receita da Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Para responder a esse principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) o entendimento e a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração da Companhia para mensurar o montante da receita a ser reconhecida nas demonstrações financeiras; (b) procedimentos analíticos substantivos para avaliar a ocorrência da receita, comparando a receita reconhecida com as informações de geração de energia e preço contratadas com o cliente; e (c) recalculo das receitas baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas que suportam nossos testes, consideramos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração da Companhia e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**

*Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

2021PA003608_Parecer - Ventos do Sul.docx

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

# Relatório da Administração

**Senhores Acionistas,**

A administração da empresa Ventos do Sul Energia S/A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o Relatório de Administração correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o qual está sendo divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e normas IFRS, comparativas ao ano 2019.

## 1. Considerações iniciais

A Companhia foi constituída em 30 de setembro de 2003, sob a forma de sociedade limitada, sob a denominação Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda, com prazo indeterminado, data em que suas operações tiveram início. Em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo societário de limitada para sociedade anônima, teve sua denominação social alterada para Ventos do Sul Energia S.A. Em 12 de setembro de 2019, a Companhia foi registrada na CVM sob o código 24767, como sociedade anônima de capital aberto, categoria B.

A Companhia tem sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público.

O Grupo Elecnor detém o controle acionário da Companhia com 80% do seu capital social total e votante (112.771.200 ações), por meio da companhia Rio Sul 1 Energia Ltda., que por sua vez é controlada por Enerfín Enervento Exterior, S.L.U., controlada pela Enerfin Sociedad de Energia S.L.U., que por sua vez é controlada pela Elecnor S.A. A parcela remanescente do capital social da Ventos do Sul Energia é detida pelos fabricantes de aerogeradores, Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. que detém 10% do capital social da Companhia (14.096.400 ações) e pela CEEE-GT que detém os outros 10% do capital social da Companhia (14.096.400 ações).

No Brasil, o Grupo Elecnor atua no setor elétrico, destacando-se na construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, na construção e operação de usinas eólicas, solares e na prestação de serviços ao transporte e distribuição de gás natural.

**Composição Acionária**

A energia elétrica proveniente de fonte eólica é gerada pela Companhia através dos seus Parques Eólicos situados no município de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A Companhia possui atualmente um portfólio com 150 MW de parques eólicos com capacidade instalada própria, distribuídas em 3 Parques Eólicos denominados Parque Eólico de Osório, Parque Eólico de Sangradouro e Parque Eólico dos Índios. Cada parque eólico é composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2MW/h. Os 3 parques juntos totalizam 75 aerogeradores em operação. Entraram em operação comercial em 2006, e foram investidos cerca de R$ 670 milhões.

Pelo fato de ser uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), a Companhia mantém uma estrutura enxuta, dentro de uma política de austeridade e manutenção de

custos baixos, mantendo rígidos controles administrativos, operacionais e legais, sendo gerida por profissionais e consultores altamente qualificados com experiência comprovada no setor, além da auditoria independente, possibilitando alto grau de segurança e transparência nos dados disponibilizados aos acionistas, parceiros e ao mercado em geral, adotando uma política de gestão preventiva e conservadora no que diz respeito aos riscos, sejam técnicos, sejam administrativos, buscando a redução da exposição às contingências.

A administração da Ventos do Sul segue otimista em relação aos avanços do setor de energia eólico brasileiro e continua confiante em sua plataforma de negócios, cada vez mais preparada e bem posicionada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

# 2. Energia Eólica

Desde o final do século 20, o risco de esgotamento dos recursos energéticos e a vulnerabilidade de frequentes cortes de energia elétrica em grande escala, bem como o aumento da preocupação com o meio ambiente, conduziu diversos países à busca por uma matriz energética mais diversificada, direcionando muitas pesquisas e investimentos para fontes de energia menos poluentes.

A energia eólica é a energia obtida a partir do movimento do ar, ou seja, a partir do vento, sendo, portanto, uma fonte de energia inesgotável, renovável e limpa. A sua geração evita a emissão de gases de efeito estufa e reduz o impacto sobre o aquecimento global. Representando um cenário energético ecologicamente favorável, a geração de energia a partir da fonte eólica auxilia a minimizar os impactos causados a fauna e a flora originados pelas formas tradicionais de geração de energia, além de não interferir nas atividades desenvolvidas nas áreas ocupadas pelas usinas.

Em vista disso, a energia eólica é uma das fontes alternativas de energia que mais cresce no mundo, pois, além de ser uma fonte limpa, complementa as demais fontes energéticas, permitindo a economia de outros recursos naturais utilizados em outras formas de geração. No caso do sistema de abastecimento de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, a energia eólica tem ainda maior complementaridade e importância estratégica, pois a época de maior incidência dos ventos coincide com o período de seca na região contribuindo para a preservação dos mananciais hídricos e conservação dos reservatórios das hidrelétricas.

# 3. Comentário sobre a conjuntura

**AMBIENTE MACROECONÔMICO**

De acordo com a ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica, em 2020 a energia dos ventos foi responsável pela adição de quase 700MW de projetos voltados para o mercado livre de energia. E a previsão para 2020 é a soma de mais 6,2 mil MW.

Os investimentos na transição para uma economia de baixo carbono marcaram um aumento de 9% em relação a 2019, apesar dos problemas causados pela pandemia.

Os gastos em energia renovável totalizando um recorde de US$ 500 bi, o crescimento não ocorreu uniforme no mundo. A maior parte dos investimentos ocorreu na Europa cerca de 52 % a mais que o ano de 2019.

De acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), a capacidade instalada no país chegou à marca de 16 GW no primeiro semestre de 2020, resultando em 637 parques eólicos e 7.738 aerogeradores operando até o momento.

# 4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

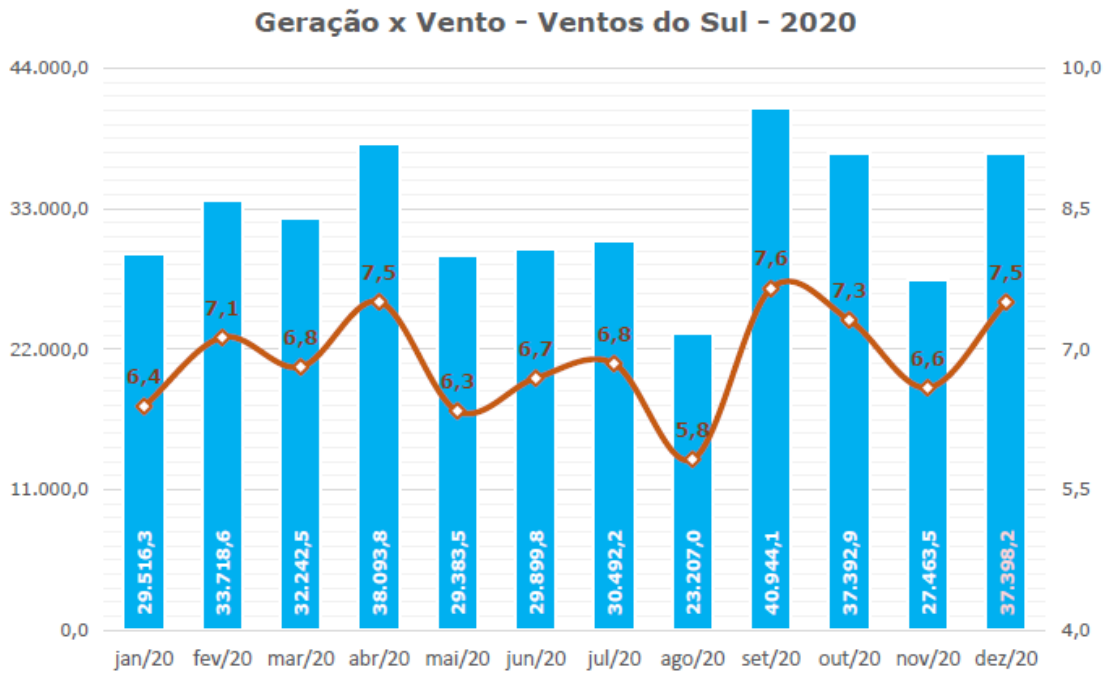
**Receita Operacional**

A receita operacional bruta no ano de 2020 foi de R$ 197,4 milhões, representando a um aumento de 33% (R$ 49 milhões) se comparado com a receita de 2019. As deduções sobre a receita operacional importaram em R$ 18,5 milhões, representando um aumento de 33% (R$ 4.5 milhões). A receita operacional líquida foi de R$ 178,9 milhões, representando um aumento de 33%.

Importante destacar que a variação da receita e produção, está diretamente relacionada ao recurso eólico, que apresenta ciclos variáveis de maior ou menor intensidade ao longo do tempo.

O gráfico a seguir registra a energia mensal produzida no exercício 2020 que resultou em uma geração anual superior a 385 mil MWh. Também são apresentadas as velocidades médias no mesmo período, podendo-se relacionar as duas grandezas.

Observa-se que a velocidade média anual de ventos é superior a 6 m/s:




## Geração Operacional de Caixa — EBITDA

A Companhia apresentou, nos últimos dois exercícios sociais, as seguintes medições não contábeis:

Em milhares de reais

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Lucro Líquido | 65.781 | 48.009 |
| Depreciação e amortização | 19.954 | 19.589 |
| Resultado Financeiro | 14.605 | 1.376 |
| IRPJ/CSLL | 33.851 | 24.643 |
| EBITDA | 134.191 | 93.617 |
| Receita Líquida | 178.885 | 134.829 |
| Margem EBITDA | 75,0% | 69,4% |

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) sigla em inglês para denominar o LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) não é uma medida e desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e está divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527/12.

O EBITDA consiste no lucro líquido antes da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, do resultado financeiro líquido e das despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidores de performance conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Estes indicadores não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de desempenho para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse padrão. Nesse sentido, caso o padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

## Lucro Líquido

Em 2020, o lucro líquido do exercício atingiu R$ 66 milhões representando um aumento de 37% (R$ 17 milhões) comparado com o lucro líquido de 2019, em decorrência a maior produção.

## Destinação do Lucro Líquido do Exercício

De acordo com o estatuto social da Companhia, e o que determina o artigo 193 e 202 da Lei n.º 6.404/76, em 2020 foram destinados 5% do lucro líquido do exercício social para a constituição da reserva legal limitado a 20% do capital social, e 50% do lucro líquido do exercício destinados aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

Em 2020 a Companhia destinou a título de dividendos o valor de R$ 32,8 milhões oriundos a lucro do exercício e distribuiu R$ 4,7 milhões referente a constituição de reserva especial de lucros de 2019.

**Indicadores econômico-financeiros**

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final dos exercícios de 2020 e 2019:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Liquidez Geral | 0,23 | 0,19 |
| Liquidez Corrente | 0,37 | 0,52 |
| Grau de Imobilização | 8,51 | 52,06 |
| Endividamento Total s/Patrimônio Líquido | 9,78 | 62,9 |
| Endividamento Total s/Ativo Total | 0,91 | 0,98 |
| Endividamento de Longo Prazo | 0,76 | 0,73 |

Conforme os indicadores acima referidos, constata-se que o Endividamento reduziu no ano de 2020 e o Grau de Imobilização reduziu comparado com 2019.

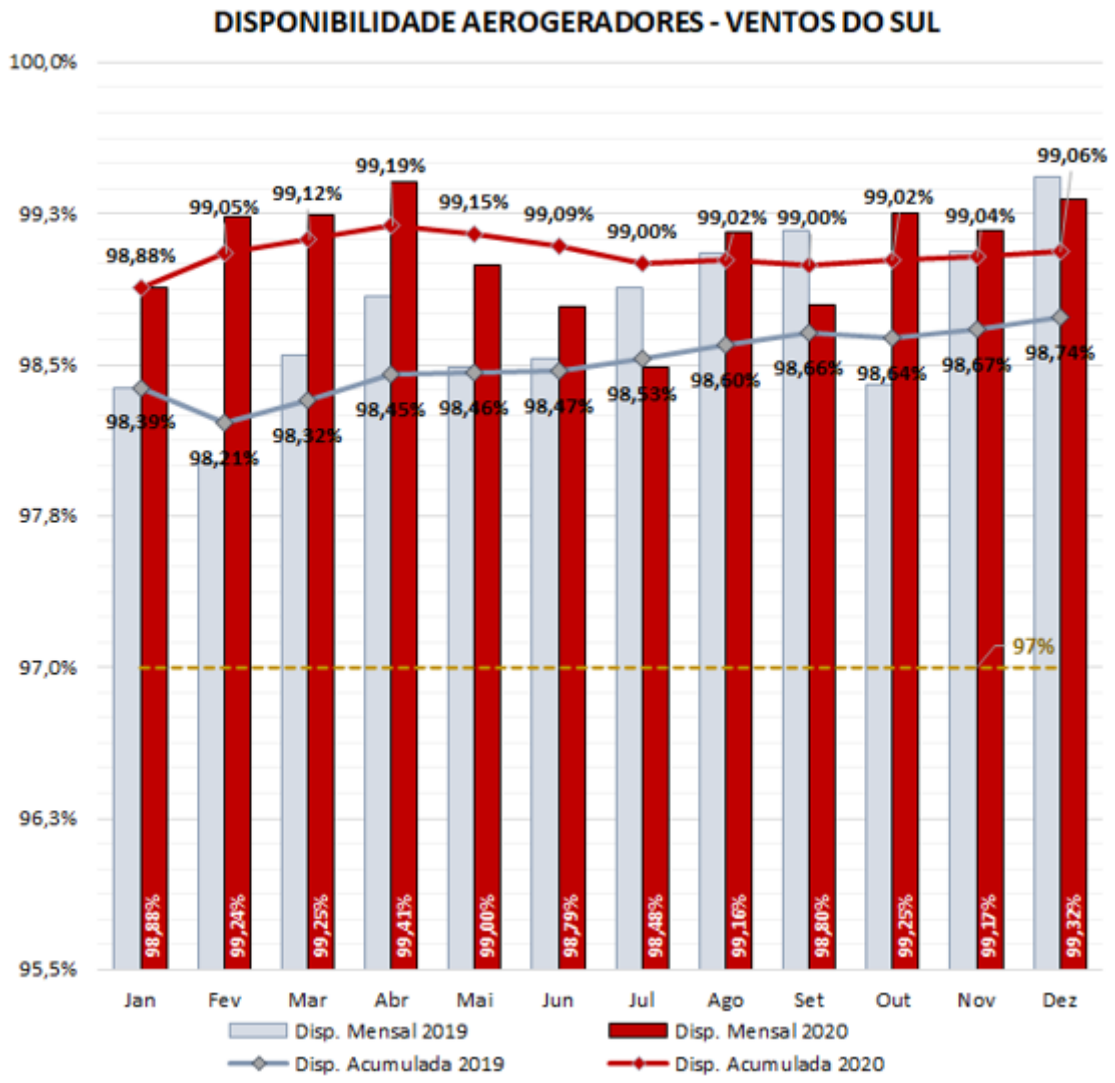
# 5. Investimentos

A Companhia investe exclusivamente na geração de energia elétrica de fonte eólica e acredita que essa característica a diferencia ao possibilitar conhecimento e dedicação específica sobre a atividade, permitindo uma gestão voltada para a redução dos riscos e despesas relacionadas às atividades de operação e manutenção do empreendimento.

A Companhia entende que o setor de energia renovável brasileiro se encontra maduro e considera estar bem posicionada para participar na geração de energia renovável nos próximos anos em função do seu robusto desempenho em operações e do retorno sobre os investimentos realizados.

A Companhia acredita que seu modelo de negócios apresenta uma equação de risco diferenciada, na medida em que foca na geração da energia produzida por seus ativos operacionais, que já superaram sua fase de implantação, eliminando os riscos relacionados a projetos em desenvolvimento e a projetos em implantação. A Companhia não assume riscos relacionados à prospecção e desenvolvimento de projetos, não realiza investimentos em projetos pré-operacionais e não executa a construção de novos empreendimentos.

A companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva destes equipamentos. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade mínima e garantida de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos indicam que as máquinas mantem ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade média do início da operação conforme pode ser comprovado nos gráficos abaixo, 99,05 % de disponibilidade acumulada em 2020. Desta forma não se faz necessário reinvestimento em capex.



# 6. Gestão corporativa

## Gestão de Recursos Humanos

A Administração da Companhia é formada pelo Conselho de Administração e Diretoria. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 11 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria é composta por 3 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, por um prazo de mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição e destituição.

A Companhia é gerida no formato de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e a gestão administrativa e operacional é realizada por empresas especializadas nas respectivas áreas contando com a Enerfin do Brasil Sociedade e Energia Ltda. ("Enerfín"), que atua como gerenciadora de todo o processo, mediante contrato de gestão firmado entre as partes e, portanto, não possui colaboradores diretos.

## Gestão Integrada – meio ambiente, saúde e segurança do trabalho

A gestão integrada da Ventos do Sul Energia S.A. é realizada pela "Enerfín", mediante contrato de gestão firmado entre as partes. A Enerfín é certificada pela NBR ISSO 14001:2015 e pela NBR ISSO 45.000, de acordo com a sua política que tem como compromisso contribuir para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a empresa segue outros requisitos estabelecidos pela Política ambiental e Saúde e Segurança no Trabalho da organização Elecnor, controladora da Enerfín.

Durante o exercício de 2020, foram realizadas duas auditorias externas as quais foram concluídas com êxito e reconhecimento pelos auditores independentes, quanto ao atendimento dos requisitos normativos avaliados.

Quanto ao licenciamento ambiental, a empresa também passou por vistorias rotineiras do órgão ambiental o qual verificou a regularidade das condições previstas na licença de operação, tanto do parque quanto da linha de transmissão 230 Kv que conecta o mesmo ao sistema interligado nacional.

Existem canais de informação e comunicação adequados para que a política de gestão integrada seja conhecida, compreendida e aplicada por todas as pessoas dedicadas à organização, para que estejam conscientes de suas obrigações e os compromissos aplicáveis às atividades da Companhia.

**Projetos sociais, culturais, esportivos e de incentivos à saúde**

No exercício 2020, a Companhia operou pelo regime de apuração do lucro real e destinou cerca de R$ 462 mil, oriundos da sua parcela dedutível de imposto de renda a pagar, para apoiar projetos sociais formalmente reconhecidos pelas respectivas leis de incentivo à saúde, ao idoso, à cultura, à criança e ao esporte.

A Companhia apoia o fomento do turismo local bem como promove e participa da divulgação de informações do Centro de Visitação e Difusão de Informações, um espaço aberto ao público em geral, dedicado à divulgação de informações relacionadas ao Complexo Eólico, sua tecnologia empregada para geração de energia renovável, a preservação do meio ambiente e o potencial turístico do município de Osório, associado aos seus valores culturais, belezas naturais e esportes praticados na região.

Trata-se de um espaço de convivência social que visa contribuir com o desenvolvimento regional da infraestrutura social, ambiental e cultural do município de Osório, tornando-o uma referência de ecologia e turismo de parada obrigatória nas viagens ao litoral do Rio Grande do Sul. O empreendimento está localizado às margens da Rodovia BR-101, junto à entrada principal do Complexo Eólico de Osório, próximo ao Parque de Rodeios Jorge Dariva.

# 7. Auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Neste sentido, a Deloitte emite anualmente em seu relatório de auditoria uma declaração de independência na qual declaram que, conforme previsto pelas regras de independência adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários, não existe qualquer relação entre a Deloitte, suas associadas e afiliadas e a Companhia que possam afetar a independência. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Durante o exercício de 2020, efetuamos pagamentos para a Deloitte do serviço de auditoria das demonstrações Financeiras e revisão dos ITRs no montante de R$ 262 mil

# 8. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos Acionistas pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade, bem como a todos os membros da atual Diretoria.

Também cabe registrar um especial reconhecimento à dedicação dos profissionais internos e externos, particularmente aos interlocutores das sociedades participantes, agentes da Eletrobras, BNDES e, bem como aos proprietários rurais parceiros, colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, entidades financeiras, representantes das comunidades de Osório e Porto Alegre, demais agentes do setor elétrico, enfim, a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão como produtora de energia no exercício de 2020.

# Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 22.240 | 33.944 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 18.387 | 19.019 |
| Despesas antecipadas | | 744 | 490 |
| Impostos a recuperar | 7 | 1.004 | 2.365 |
| Créditos diversos | | 106 | 11 |
| | | **42.481** | **55.829** |
| **Não Circulante** | | | |
| Aplicações financeiras vinculadas | 8 | 26.194 | 5.921 |
| Impostos a recuperar | 7 | 5.191 | 5.099 |
| Outros Créditos | | 55 | 205 |
| IRPJ e CSLL diferidos | 9 | 709 | 409 |
| Arrendamentos | 14 | 2.722 | 2.130 |
| Investimentos | | 57 | 57 |
| Imobilizado | 10 | 289.650 | 306.185 |
| | | **324.578** | **320.006** |
| | | **367.059** | **375.835** |

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

# Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| Passivo | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | | 1.134 | 1.064 |
| Contas a pagar - Eletrobras | 11 | 18.507 | 54.643 |
| Debêntures | 12 | 51.303 | 44.200 |
| Impostos a recolher | | 1.677 | 1.602 |
| Provisão IRPJ e CSLL | | 2.856 | 1.901 |
| Partes relacionadas | 22 | 4.678 | 2.383 |
| Dividendos a pagar | 22 | 32.891 | - |
| Outras obrigações | | 500 | 607 |
| Provisões | | 650 | 650 |
| Arrendamentos | 14 | 34 | 93 |
| | | **114.230** | **107.143** |
| **Não Circulante** | | | |
| Debêntures | 12 | 206.060 | 252.777 |
| Arrendamentos | 14 | 2.949 | 2.231 |
| Provisão para Desmobilização | 10.3 | 9.773 | 7.802 |
| | | **218.782** | **262.810** |
| **Total do Passivo** | | **333.012** | **369.953** |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Capital social | 16 | 964 | 964 |
| Reservas de lucro | 16 | 33.083 | 4.918 |
| **Total do patrimônio líquido** | | **34.047** | **5.882** |
| | | **367.059** | **375.835** |

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

# Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| Receita Operacional Líquida | 17 | 178.885 | 134.829 |
| Custo da Operação | 19 | (63.364) | (58.389) |
| **LUCRO BRUTO** | | **115.521** | **76.440** |
| Despesas / Receitas Operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 19 | (5.801) | (6.838) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 23 | 4.517 | 4.426 |
| **Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro** | | **114.237** | **74.028** |
| Receitas financeiras | 20 | 764 | 4.121 |
| Despesas financeiras | 20 | (15.369) | (8.560) |
| Variação cambial, líquida | 20 | - | 3.063 |
| **Resultado antes dos tributos sobre o lucro** | | **99.632** | **72.652** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 9 | | |
| Corrente | | (34.151) | (20.421) |
| Diferido | | 300 | (4.222) |
| **Lucro Líquido do Exercício** | | **65.781** | **48.009** |
| **Lucro por ação** | | | |
| **Lucro Líquido Básico por ação** | 21 | **0,47** | **0,34** |
| **Lucro Líquido Diluído por ação** | 21 | **0,47** | **0,34** |

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

# Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R$)

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Lucro Líquido do Exercício** | 65.781 | 48.009 |
| **Outros Resultados Abrangentes** | - | - |
| **Resultado Abrangente do Exercício** | **65.781** | **48.009** |

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

# Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| | Nota | Capital Social | Reservas de Lucro | | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Reserva Legal | Reserva Especial | | |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | | **140.964** | **10.637** | **20.349** | **-** | **171.950** |
| Lucro líquido do Exercício | 16 | - | - | - | 48.009 | 48.009 |
| Destinação de Dividendos | | - | (10.444) | (20.349) | - | (30.794) |
| Destribuição de Dividendos | 16.c.1 | - | - | - | (43.283) | (43.283) |
| Redução de Capital | | (140.000) | - | - | - | (140.000) |
| Constituição de reserva especial | | - | - | 4.726 | (4.726) | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | | **964** | **193** | **4.726** | **-** | **5.882** |
| Lucro líquido do Exercício | 16 | - | - | - | 65.781 | 65.781 |
| Destinação de Dividendos | 16.c.3 | - | - | - | (32.891) | (32.891) |
| Distribuição de Dividendos | 16.c.1 | - | - | (4.726) | - | (4.726) |
| Constituição de reserva especial | | - | - | 32.890 | (32.890) | - |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2020** | | **964** | **193** | **32.890** | **-** | **34.047** |

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

# Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais** | | | |
| **Lucro líquido do Exercício** | | **65.781** | **48.009** |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais: | | | |
| Imposto de renda e Contribuição social | 9 | 33.851 | 24.643 |
| Variações monetárias e cambiais | 20 | - | (3.063) |
| Crédito de Pis e Cofins | | (1.453) | (4.243) |
| Provisões | | - | 650 |
| Juros sobre a dívida | 20 | 13.958 | 7.330 |
| Despesas (Receitas) Financeiras | 20 | 309 | (36) |
| Despesas Financeiras com Desmobilização | 20 | 221 | 221 |
| Despesas Finan. Arrendamento | 20 | 307 | 323 |
| Depreciação Arrendamento | | 150 | 91 |
| Amortização Desmobilização | | 439 | 120 |
| Depreciação e amortização | 10 | 19.365 | 19.378 |
| | | **132.928** | **93.423** |
| **Variações nos ativos e passivos operacionais:** | | | |
| Aplicações financeiras | | - | 27.074 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 632 | 4.902 |
| Créditos diversos | | 55 | (30) |
| Impostos a recuperar | 7 | 1.269 | 200 |
| Despesas antecipadas | | (254) | 32 |
| Fornecedores | | 71 | 87 |
| Contas a pagar - Eletrobras | 11 | (36.136) | 17.332 |
| Impostos a recolher | | 75 | (3.724) |
| Partes Relacionadas | 22 | (2.295) | (36) |
| Outras obrigações | | 282 | 161 |
| **Caixa gerado pelas atividades operacionais** | | **96.627** | **139.421** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | 9 | (29.290) | (15.019) |
| Pagamento de juros | | (10.158) | (16.071) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | | **57.179** | **108.331** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento** | | | |
| Aquisição de imobilizado | 10 | (82) | (95) |
| **Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento** | | **(82)** | **(95)** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento** | | | |
| Pagamento de financiamentos | | - | (74.594) |
| Pagamento de Arrendamento | | (389) | (222) |
| Debentures - Captação | 12 | - | 325.000 |
| Pagamento de debentures | 12 | (43.988) | (26.048) |
| Comissionamento | | 575 | (3.136) |
| Redução de Capital | | - | (140.000) |
| Pagamento de dividendos | 16 | (4.726) | (199.026) |
| Aplicaçoes financeiras vinculadas | | (20.273) | 11.359 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento** | | **(68.801)** | **(106.667)** |
| **Redução (aumento) de Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **(11.704)** | **1.569** |
| **Demonstração do Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício | 5 | 33.944 | 32.375 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do Exercício | 5 | 22.240 | 33.944 |

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

# Demonstrações do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Receitas** | **201.926** | **153.197** |
| Vendas de energia | 197.409 | 148.771 |
| Outras receitas | 4.517 | 4.426 |
| **Insumos Adquiridos de Terceiros** | **47.270** | **44.139** |
| Custos da Operação | 41.754 | 37.591 |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 5.516 | 6.548 |
| **Valor Adicionado Bruto** | **154.656** | **109.058** |
| Depreciação e Amortização | 19.954 | 19.589 |
| **Valor Adicionado Líquido Produzido pela** | **134.702** | **89.469** |
| **Valor Adicionado Recebido em Transferência** | **764** | **4.121** |
| Receitas financeiras | 764 | 4.121 |
| **Valor Adicionado Total a Distribuir** | **135.466** | **93.590** |
| **Distribuição do Valor Adicionado** | **135.466** | **93.590** |
| **Impostos, taxas e contribuições** | **52.375** | **38.821** |
| Federais | 52.375 | 38.821 |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | **17.310** | **6.760** |
| Juros | 15.369 | 5.261 |
| Aluguéis | 1.941 | 1.499 |
| **Remuneraçao de capitais proprios** | **65.781** | **48.009** |
| Dividendos | 32.891 | 43.283 |
| Lucro retido | 32.890 | 4.726 |
| | **135.466** | **93.590** |

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

# Notas Explicativas Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais – R$)

## 1 Informações gerais

### 1.1. Contexto Operacional

A Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. com 80% das ações. A Enerfín Enervento Exterior S.L.U detém 100% do capital social da Rio Sul 1 Energia Ltda. e possui a Enerfín Sociedad de Energia S.L.U como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

| Acionistas | Ações | % de Participação |
|---|---|---|
| Rio Sul 1 Energia Ltda. | 112.771.200 | 80% |
| Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT | 14.096.400 | 10% |
| Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. | 14.096.400 | 10% |
| | **140.964.000** | **100%** |

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

| Habilitação | Contratos | Local de Geração: Município de Osório/RS |
|---|---|---|
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia | Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia | Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia | Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006 |

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n.º 2879/2020 é valido até 14/05/2025 o documento está disponível no site www.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independe de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244.

b) Contrato Proinfa

O prazo do contrato de Compra e Venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026.

c) Risco da Operação

Se considerado os 13 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2020), a geração média anual equivale a 385 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 71.749 em 2020 (R$ 51.314 em 31 de dezembro de 2019).

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes refere-se as obrigações de debêntures e a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações das debêntures, conforme cronograma estabelecido na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. Impactos da COVID-19 nas informações financeiras

No final de 2019 os casos de coronavírus ("COVID-19") foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.
Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.
A Companhia continua operando com todos os seus parques eólicos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

- A receita liquida da companhia no exercício de findo em 31 de dezembro de 2020 é R$ 178.885 superando em 32,7% a realizada no exercício anterior (R$ 134.829).
- Não houve demissões nem reduções salarias na Companhia;
- Não ocorreu inadimplência de clientes;

Um dos valores da Companhia é a segurança, dessa forma, estão sendo adotadas todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia são:

- Trabalho Home Office segue de forma parcial para as atividades administrativas;
- Cancelamento de toda as viagens não essenciais;

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem "impairment" de ativos ou descontinuidade. Os ativos da Companhia seguem em operação e desempenho conforme o esperado, apresentando uma taxa de disponibilidade de 99,17%, que indica a razão entre o tempo do ativo em funcionamento e o tempo total do período. Este indicador comprova que os ativos estão em pleno funcionamento e aproveitamento, não sendo identificado qualquer necessidade de ajuste nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020 em decorrência dos impactos da COVID.

# 2 Principais políticas contábeis

## 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, intepretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards-IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 24 de fevereiro de 2021.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e em reais que é considerada a moeda funcional da Companhia. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

## 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

## 2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## 2.6. Provisão para desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

## 2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.8. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

**Impostos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

**Impostos diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

## 2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## 2.10. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica "Contas a pagar - Eletrobras" ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica "contas a receber".

O valor registrado na rubrica "Contas a pagar - Eletrobras" e "contas a receber" é devolvido ou recuperado no exercício seguinte em doze parcelas iguais, conforme estabelecido em contrato.

## 2.11 Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

### a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, debêntures e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

### b) Mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

### 2.11.1 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

## 2.12 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

## 2.13 Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.14. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

## 2.15. Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) dos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, nos termos do CPC 41.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria, nos termos do CPC 41.

## 2.16. Segmento Operacional

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração de energia elétrica gerada a partir de fonte renovável eólica, por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia.

## 2.17. Contratos de arrendamento (leasing)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

(a) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

(b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

# 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2020. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia, sem impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia:

(I) Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 14 - Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework) e alterações anuais IASB-Ciclo de melhorias 2017 – 2019 (01.01.2020).

(II) Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 15 - Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (01.01.2020).

(III) Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 16 - Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos (01.01.2020).

A partir de 01.01.2021, estarão vigentes as seguintes alterações de pronunciamentos, as quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

(I) Minuta da Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 17 - Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

# 4 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº. 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores.

## 4.1. Principais julgamentos e fontes incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

### 4.1.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

### 4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 13, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº. 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

### 4.1.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como foi estivada a taxa de desconto, conforme descrito na nota explicativa nº. 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

# 5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Saldo de caixa e bancos | 167 | 3.943 |
| Aplicações financeiras | 22.073 | 30.001 |
| Total Caixa e Equivalentes de Caixa | **22.240** | **33.944** |

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

**Aplicação Financeira**

| Agente Financeiro | Tipo de Aplicação | Vencimento | Indexador | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Banco do Brasil | BB RF LP Corp | Indefinido | CDI | 30 | - |
| Banco do Brasil | BB RF LP Corp 10milh | Indefinido | CDI | - | 3.142 |
| Banco Itaú | ITAU APLIC AUT MAIS | Indefinido | CDI | 22.043 | 26.859 |
| | | | | **22.073** | **30.001** |
| | **Remuneração Efetiva** | **BB RF LP Corp** | | 2,23% a.a | - |
| | | **BB RF LP Corp 10milh** | | - | 100,3% a.a |
| | | **ITAU APLIC AUT MAIS** | | 2,24% a.a | 5,74% a.a |

## 6 Contas a receber de clientes

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás, deduzido o ajuste financeiro relativo às perdas de energia no sistema, estimado mensalmente pela área técnica da Companhia, que resultou em 2,70% na média anual.

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A. | 18.387 | 19.019 |

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2020.

## 7 Impostos a recuperar

Refere-se aos valores retidos na fonte sobre recebimentos da Eletrobrás e sobre os rendimentos de aplicação financeira, bem como, os relativos à apropriação de créditos do PIS e da COFINS sobre a depreciação acelerada de Máquinas e Equipamentos, como segue:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| IR a compensar | 1.435 | 2.206 |
| CSLL a compensar | 113 | 442 |
| PIS a compensar | 823 | 854 |
| COFINS a compensar | 3.710 | 3.848 |
| Outros Impostos a compensar | 114 | 114 |
| | **6.195** | **7.464** |
| | | |
| Circulante | 1.004 | 2.365 |
| Não Circulante | 5.191 | 5.099 |
| | **6.195** | **7.464** |

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade da Companhia de gerar tributos a pagar. A classificação entre circulante e não circulante está baseada na expectativa da Companhia em gerar tributos a pagar.

Os créditos de longo prazo estão assim compostos:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Créditos a Restituir - IRPJ e CSLL (a) | 1.146 | 1.129 |
| Créditos de PIS e COFINS (b) | 4.045 | 3.970 |
| | **5.191** | **5.099** |

a) Créditos referentes a pedido de restituição protocolados junto à RFB.
b) Créditos de Pis e Cofins sobre bens imobilizados.

## 8 Aplicações financeiras vinculadas

Conforme previsto contratualmente, foram abertas contas-correntes vinculadas ao financiamento obtido junto ao BNDES e Bancos Repassadores, todas mantidas junto ao Banco do Brasil S/A. Porém, em função da liquidação antecipada do referido financiamento, a Companhia obteve autorização para a transferência dos valores aplicados para a conta corrente de livre movimentação.

Ao final de 2019, seguindo o determinado no Contrato de Emissão de Debêntures, foi constituída uma Conta Reserva vinculada ao Contrato de Emissão de Debêntures, equivalente ao valor da amortização semestral das debêntures.

As aplicações financeiras correspondem a quotas do fundo “ITAU TOP DI FIC R” mantidas no Banco Itaú, acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do período. Os fundos têm como meta remunerar o investimento à variação do CDI

As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Aplicações financeiras vinculadas | 26.194 | 5.921 |

| Agente Financeiro | Tipo de Aplicação | Vencimento | Indexador | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Banco ITAU BBA | ITAU TOP DI FIC R | Indefinido | CDI | 26.194 | 5.921 |
| | | **Remuneração Efetiva** | | 2,24% | 5,74% a.a |

# 9 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

| **Reconciliação do IR/CS - Lucro Real** | **2020** | **2019** |
|---|---|---|
| Resultado antes dos tributos | 99.632 | 72.652 |
| Alíquota combinada de impostos | 34% | 34% |
| Despesa fiscal à alíquota combinada | (33.875) | (24.702) |
| Outras diferenças permanentes líquidas | 24 | 59 |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **(33.851)** | **(24.643)** |
| Corrente | (34.151) | (20.421) |
| Diferido | 300 | (4.222) |
| **Total** | **(33.851)** | **(24.643)** |
| **Alíquota efetiva** | **(33,98%)** | **(33,92%)** |

b) Ativo Diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

| | **2020** | | | **2019** | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo Diferido** | **IR** | **CS** | **Total** | **IR** | **CS** | **Total** |
| Diferenças Temporarias | 521 | 188 | **709** | 301 | 108 | **409** |
| Ativo Não Circulante | **521** | **188** | **709** | **301** | **108** | **409** |

**Realização do ativo diferido**

| | |
|---|---|
| 2021 | 709 |
| **Total** | **709** |

# 10 Imobilizado

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

| | | 2020 | | | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Taxas anuais de depreciação e amortização % | Custo | Depreciação e amortização acumulada | Líquido | Líquido |
| Administração central: | | | | | |
| Computadores | 20% | 816 | (724) | 92 | 131 |
| Maquinas e equipamentos | 10% | 1.437 | (814) | 623 | 695 |
| Móveis e utensílios | 10% | 821 | (720) | 101 | 131 |
| Instalações | 10% | 300 | (151) | 149 | 174 |
| Veículos | 20% | 129 | (90) | 39 | 64 |
| Operação do sistema: | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 2,81% | 84.874 | (42.276) | 42.598 | 45.221 |
| Máquinas e equipamentos | 3,11% | 599.605 | (362.329) | 237.276 | 252.309 |
| Desmobilização | | 9.331 | (559) | 8.772 | 7.460 |
| | | **697.313** | **(407.663)** | **289.650** | **306.185** |

| | Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros | Máquinas e Equipamentos | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2018** | **49.229** | **267.340** | **316.569** |
| Adições | 95 | - | 95 |
| Desmobilização | - | 7.580 | 7.580 |
| Outros (crédito PIS/COFINS) | - | 1.437 | 1.437 |
| Amortização Desmobilização | - | (120) | (120) |
| Depreciação do exercício | (2.909) | (16.469) | (19.378) |
| **Saldo em 31/12/2019** | **46.416** | **259.769** | **306.185** |
| Adições | 82 | - | 82 |
| Desmobilização | - | 1.750 | 1.750 |
| Outros (crédito PIS/COFINS) | - | 1.437 | 1.437 |
| Amortização Desmobilização | - | (439) | (439) |
| Depreciação do período | (2.895) | (16.470) | (19.365) |
| **Saldo em 31/12/2020** | **43.603** | **246.047** | **289.650** |

## 10.1. Ativos cedidos em garantia

Os Aerogeradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R$ 246.047 (R$ 259.769 em 2019) foram cedidos em garantia em favor dos Debenturistas. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

## 10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 99,06% em 2020 e 98,7% em 2019 e 2018, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

## 10.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Em 31 de dezembro 2020, o saldo passivo da provisão para desmobilização de ativos totaliza R$ 9.773 (R$ 7.802 em 2019).

# 11 Contas a pagar - Eletrobrás

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Contas a pagar - Eletrobras | 18.507 | 54.643 |

Conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente. A variação positiva do contas a pagar Eletrobras ocorreu devido a maior geração de energia em 2020 comparada com 2019.

# 12 Debêntures

A Companhia realizou em 21/10/2019 sua 1º emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O valor total captado foi de R$ 325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019.Em junho de 2020 foi efetivada a segunda amortização de debentures.

Abaixo é demostrado a abertura e movimentação das debêntures:

**Abertura e Saldos das Debêntures**

| Emissão | Taxas de Juros | Vencimento | Captação | Custo a apropriar | Saldo de Principal | Saldo de Juros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1ª Emissão - 1ª Série | CDI + 0,75% | 31/12/2025 | R$227.000 | (911) | 179.522 | 207 | 178.818 |
| 1ª Emissão - 2ª Série | IPCA + 3,25% | 31/12/2025 | R$98.000 | (1.650) | 76.774 | 3.421 | 78.545 |
| | | | **R$325.000** | **(2.561)** | **256.296** | **3.628** | **257.363** |

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Circulante** | 51.303 | 44.200 |
| **Não Circulante** | 206.060 | 252.777 |
| **Total Debêntures** | **257.363** | **296.977** |

## 12.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

A Companhia classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

| Ano de vencimento | Valor |
|---|---|
| 2022 | 46.134 |
| 2023 | 50.365 |
| 2024 | 53.061 |
| 2025 | 56.500 |
| **Total Passivo não Circulante** | **206.060** |

## 12.2. Mutação das debêntures

| Mapa Movimentação de Debêntures | |
|---|---|
| **Saldo inicial 01/01/2019** | - |
| Emissão de Debêntures | 325.000 |
| Juros Incorrido | 3.158 |
| Amortização de debêntures | (26.048) |
| Amortização de juros | (1.997) |
| Custo de Captação a apropriar | (3.136) |
| **Saldo inicial - 31/12/2019** | **296.977** |
| Juros Incorridos | 13.958 |
| Amortização de debêntures | (43.988) |
| Amortização de juros | (10.158) |
| Custo de Captação a apropriar | 575 |
| **Saldo final - 31/12/2020** | **257.363** |

## 12.3. Cláusulas contratuais restritivas – *covenants*

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;
ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);
iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores.

Em 31/12/2020 a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos.

# 13 Instrumentos financeiros

## 13.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conforme nota explicativa nº. 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 16).

### 13.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Dívida (a) | 257.363 | 296.977 |
| Caixa, Equivalentes e Aplicações Vinculadas(b) | 48.434 | 39.865 |
| Dívida líquida | **208.929** | **257.112** |
| Patrimônio líquido (c) | 34.047 | 5.882 |
| Índice de endividamento líquido | **6,14** | **43,71** |

(a) A dívida é definida como empréstimos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº. 12.

(b) O valor é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

## 13.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

| **Ativos Financeiros** | **Nível** | **2020** | **2019** |
|---|---|---|---|
| | | Valor contábil e valor justo | Valor contábil e valor justo |
| Valor justo por meio do resultado | | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 2 | 22.240 | 33.944 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 2 | 26.194 | 5.921 |
| Custo Amortizado | | Valor Contábil | Valor Contábil |
| Contas a Receber Geração de Energia | - | 18.387 | 19.019 |
| **Total dos ativos financeiros** | | **66.821** | **58.884** |
| **Passivos Financeiros** | | | |
| Custo amortizado | | | |
| Fornecedores | - | 1.134 | 1.064 |
| Contas a pagar - Eletrobras | - | 18.507 | 54.643 |
| Partes Relacionadas e dividendos | - | 37.569 | 2.383 |
| Debentures | - | 257.363 | 296.977 |
| Outras obrigações | - | 500 | 607 |
| **Total dos passivos financeiros** | | **315.073** | **355.674** |

**Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:**
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;
Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

## 13.3. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2020 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

| | Até 6 meses | De 6 a 12 meses | De 1 a 2 anos | De 2 a 5 anos | Total 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos** | | | | | |
| Fornecedores | 1.134 | - | - | - | **1.134** |
| Contas a pagar - Eletrobras | 9.254 | 9.253 | - | - | **18.507** |
| Partes Relacionadas e dividendos | 37.569 | - | - | - | **37.569** |
| Outras obrigações | 500 | - | - | - | **500** |
| Debentures | 28.019 | 28.019 | 125.330 | 131.428 | **312.797** |
| | **76.476** | **37.272** | **125.330** | **131.428** | **370.507** |

## 13.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

## 13.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, consequentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

13.6. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da taxa IPCA e DI aplicáveis às suas debêntures e aplicações financeiras.

A exposição da Companhia às taxas de juros e índices flutuantes de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

13.7. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026.

13.8. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13.9. Risco regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

## 14. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

14.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Conforme indica o IFRS16/CPC 06, “arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação”.

Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

a) Direito de uso de arrendamentos:

| | 2020 | | | | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Período de Depreciação | Custo | Depreciação | Valor líquido | Valor líquido |
| Terrenos | | | | | |
| Contrato de Locação | Até 2040 | 681 | (66) | 615 | 512 |
| Contrato de Locação | Até 2041 | 688 | (52) | 636 | 476 |
| Contrato de Locação | Até 2042 | 865 | (68) | 797 | 599 |
| Contrato de Locação | Até 2045 | 730 | (56) | 674 | 543 |
| | | **2.964** | **(242)** | **2.722** | **2.130** |

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

| | **Ativos de Direito de Uso** |
|---|---|
| Adoção Inicial | 2.221 |
| Depreciação | (91) |
| **Saldo em 31/12/2019** | **2.130** |
| Adição | 742 |
| Depreciação | (150) |
| **Saldo em 31/12/2020** | **2.722** |

b) Arrendamentos a pagar

| | Circulante | Não Circulante | Total |
|---|---|---|---|
| Adoção Inicial | 211 | 2.012 | 2.223 |
| Juros | 14 | 309 | 323 |
| Transferências | 90 | (90) | - |
| Amortizações | (222) | - | (222) |
| **Saldo em 31/12/2019** | **93** | **2.231** | **2.324** |
| Adição | - | 742 | 742 |
| Juros | - | 307 | 307 |
| Transferências | 330 | (330) | - |
| Amortizações | (389) | - | (389) |
| **Saldo em 31/12/2020** | **34** | **2.949** | **2.983** |

c) Pis e Cofins a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras “a” e “b”, são firmados com pessoas físicas, e, portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e Cofins sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

d) Análise do impacto da inflação nos contratos de arrendamento

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista vedação imposta pela norma contábil.

Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período de dezembro 2020.

| **Passivo leasing saldo final** | **2020** |
|---|---|
| Conforme apresentado IFRS 16 | 2.983 |
| Com efeito da inflação | 3.118 |
| | **4,52%** |
| **Direito de uso de arrendamentos, líquido saldo final** | |
| Conforme apresentado IFRS 16 | 2.722 |
| Com efeito da inflação | 2.845 |
| | **4,52%** |
| **Despesa financeira** | |
| Conforme apresentado IFRS 16 | 307 |
| Com efeito da inflação | 321 |
| | **4,52%** |
| **Despesa de depreciação** | |
| Conforme apresentado IFRS 16 | 150 |
| Com efeito da inflação | 157 |
| | **4,52%** |

14.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Pagamentos do Arrendamento | 1.656 | 1.209 |

## 15. Seguros

Os seguros têm cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, com vigência de 1(um) ano. As principais coberturas de seguro são:

| Ramos de seguro | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Riscos operacionais | 909.688 | 867.431 |
| Responsabilidade civil geral | 7.411 | 7.411 |
| Vigência dos seguros | 15/07/2020 a 15/07/2021 | 30/06/2019 a 30/06/2020 |

## 16. Patrimônio líquido

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R$ 964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R$ 1,00.

Conforme assembleia realizada em 04 de setembro de 2019 a Redução de Capital Social no valor de R$ 140.000 foi paga aos acionistas no exercício de 2019. Em função da redução do capital, a Companhia também reduziu o montante de reserva legal em R$10.444, uma vez que essa passou a representar mais do que 20% do capital social desta. O montante foi distribuído para os acionistas da Companhia a título de dividendos conforme assembleia realizada em 14 de novembro de 2019.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva Especial – Corresponde ao valor remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R$ 32.890 que terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração.

c) Distribuição de lucro:

c.1) Em maio de 2020 a companhia distribuiu dividendos no valor de R$ 4.726. Em 2019 distribuiu dividendos no valor de R$ 43.283.

c.2) A Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos de 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos

c.3) Lucro Líquido do Exercício – A companhia apurou o lucro líquido de R$ 65.781, sendo que R$ 32.891 foi destinado a dividendos e o saldo remanescente será mantido na rubrica de reserva especial de lucros.

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 65.781 | 48.009 |
| Reserva especial de lucros | 32.890 | 4.726 |
| Destinação de dividendos | 32.891 | 43.283 |
| | **65.781** | **48.009** |
| Distribuição de dividendos | 4.726 | 199.026 |

## 17. Receita

A seguir, segue a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Receita Bruta** | | |
| Venda de energia | 197.409 | 148.771 |
| Impostos sobre vendas | (18.524) | (13.942) |
| Receita líquida | **178.885** | **134.829** |

## 18. Segmento Operacional

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A Companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia do Proinfa.

## 19. Despesa classificada por função e natureza

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Despesa Classificada por função** | | |
| Custo da Operação | 63.364 | 58.389 |
| Gerais e Administrativas | 5.801 | 6.838 |
| Outras receitas operacionais líquidas | (4.517) | (4.426) |
| **Total** | **64.648** | **60.801** |
| | | |
| **Despesa Classificada por natureza** | | |
| Custo de Operação e Manutenção | 31.219 | 27.572 |
| Encargos Uso do Sistema e Produção | 10.535 | 10.019 |
| Arrendamentos | 1.656 | 1.209 |
| Depreciação | 19.954 | 19.589 |
| Despesa com Seguros | 1.229 | 942 |
| Despesa com Serviços Profissionais | 2.882 | 3.189 |
| Outras Despesas Administrativas | 1.690 | 2.707 |
| Outras receitas operacionais líquidas | (4.517) | (4.426) |
| **Total** | **64.648** | **60.801** |

## 20. Receitas (despesas) financeiras líquidas e variação cambial

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Receitas aplicações financeiras | 601 | 4.091 |
| Receita de Juros | - | 30 |
| Outras Despesas (Receitas) | 163 | - |
| **Receitas financeiras** | **764** | **4.121** |
| | | |
| Despesa com Juros | (13.958) | (7.330) |
| Despesa Financeira com Desmobilização | (221) | (221) |
| Despesas Financeira com Passivo de Arrendamento | (307) | (323) |
| Outros | (883) | (686) |
| **Despesas financeiras** | **(15.369)** | **(8.560)** |
| | | |
| **Variação Cambial Líquida** | **-** | **3.063** |

## 21. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos diluídos.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação.

| Resultado básico por ação | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Numerador** | | |
| Lucro disponivel aos acionistas | 65.781 | 48.009 |
| **Denominador** | | |
| Numero de Ações | 140.964 | 140.964 |
| **Lucro por ação - básico** | **0,47** | **0,34** |

| Resultado diluído por ação | | |
|---|---|---|
| **Numerador** | | |
| Lucro disponivel aos acionistas | 65.781 | 48.009 |
| **Denominador** | | |
| Numero de Ações | 140.964 | 140.964 |
| **Lucro por ação - diluído** | **0,47** | **0,34** |

## 22. Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT com participação indireta de 10% das ações.

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos.

## 22.1. Transações comerciais

| | Valores a pagar para partes relacionadas | |
|---|---|---|
| | **2020** | **2019** |
| Passivo (a) | | |
| Circulante | | |
| Fornecedores | | |
| Wobben Windpower | 1.746 | 1.361 |
| Elecnor do Brasil Ltda | 119 | 109 |
| Enerfín Sociedade de Energia Ltda | 2.813 | 913 |
| **Totais** | **4.678** | **2.383** |

| | Aquisição de Serviços | |
|---|---|---|
| | **2020** | **2019** |
| Resultado | | |
| Custo da Operação | | |
| Aquisição de Serviços | | |
| Wobben Windpower Ltda | 18.615 | 17.714 |
| Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda | 10.603 | 7.970 |
| Elecnor do Brasil Ltda | 1.532 | 1.432 |
| **Totais** | **30.750** | **27.116** |

a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições específicas estabelecidas no contrato firmado entre as partes e referem-se a serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

## 22.2. Dividendos

Em 2020 a companhia pagou R$ 4.726 de dividendos e destinou o valor de R$ 32.891.

| | Dividendos a pagar para Acionistas | |
|---|---|---|
| | **2020** | **2019** |
| Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda. | 3.289 | - |
| Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE - GT | 3.289 | - |
| Rio Sul 1 Energia Ltda | 26.313 | - |
| Totais | **32.891** | **-** |

22.3. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

## 23. Outras receitas operacionais, líquidas

Trata-se dos créditos Pis e Cofins sobre a Depreciação e insumos de operação.

| | **2020** | **2019** |
|---|---|---|
| Créditos de Pis e Cofins | 4.517 | 4.426 |
| **Total** | **4.517** | **4.426** |

## 24. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

| **Compromissos** | **Posição em 31/12/2020** |
|---|---|
| Encargos de Transmissão | 10.535 |
| Arrendamentos | 1.656 |
| Wobben Windpower | 1.746 |
| **Total** | **13.937** |

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.